



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CRIMINAL**  
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

### TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0009453-77.2017.8.26.0566 - 2017/002529**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado**  
 Documento de: **CF, IP-Flagr. - 2896/2017 - DEL.SEC.SÃO CARLOS**  
 Origem: **PLANTÃO, 271/2017 - 3º Distrito Policial de São Carlos**  
 Réu: **ALESSANDRO DE OLIVEIRA**  
 Data da Audiência: **18/10/2018**

Justiça Gratuita

Audiência de instrução e julgamento nos autos do processo acima mencionado que a Justiça Pública move em face de **ALESSANDRO DE OLIVEIRA**, realizada no dia 18 de outubro de 2018, sob a presidência do **DR. CLAUDIO DO PRADO AMARAL**, MM. Juiz de Direito. Apregoados, verificou-se a presença do **DR. MARCELO BUFFULIN MIZUNO**, DD. Promotor de Justiça; a presença do acusado, devidamente escoltado, acompanhado do Defensor Público **DR. JONAS ZOLI SEGURA**. Iniciados os trabalhos, questionada a escolta acerca da necessidade da manutenção da algema, esta afirmou que não poderia garantir a segurança do ato processual, do próprio imputado e de todos os presentes, por sua insuficiência numérica. Diante disso, e cabendo ao Juiz Presidente regular os trabalhos em audiência, foi determinada a manutenção das algemas como a única forma de se resguardar a integridade dos presentes e, principalmente, do próprio imputado, nos termos da Súmula Vinculante nº 11, do STF. Após, pelo MM Juiz foi indagado a acusação e a defesa se concordam que as perguntas sejam feitas inicialmente pelo Juiz, passando-se a seguir, às reperguntas pelas partes. Acusação e Defesa responderam que concordam. Em seguida, foram inquiridas a vítima CARLOS ALBERTO DOTTO e as testemunhas MAURO CÉLIO FORMENTON. Com base no artigo 217 do CPP foi determinada a saída do réu da sala de audiências durante o depoimento da testemunha CARLOS ALBERTO DOTTO. Por fim, foi realizado o interrogatório do acusado *(Depoimentos registrados por meio audiovisual, de acordo com o previsto no artigo 405, § 1º do Código de Processo Penal, tendo sido juntados aos autos em consonância com os artigos 150 e 1.270 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça)*. As partes desistiram da oitiva da testemunha faltante CLÁUDIO ENÉAS JÚNIOR, o que foi homologado pelo MM Juiz. Após, não havendo outras provas a serem produzidas (artigo 402 do CPP), o MM



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.	

Juiz determinou que se passasse aos debates orais (artigo 403 do CPP), os quais foram realizados em mídia digital (*Conteúdo captado pelo registro audiovisual, tendo sido juntado aos autos de acordo com o artigo 150 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). A seguir o MM. Juiz proferiu a seguinte **SENTENÇA: Vistos, etc. ALESSANDRO DE OLIVEIRA**, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso no artigo 155, § 4º, incisos I e IV, do Código Penal e art. 244-B, da Lei 8069/90, na forma do art. 70 do Código Penal. O réu foi citado e ofereceu resposta, não sendo o caso de absolvição sumária. Em audiência foi produzida a prova oral. Em alegações finais, o representante do Ministério Público requereu a procedência nos termos da denúncia, em regime inicial fechado. A defesa requereu o decreto absolutório para ambos os delitos. Subsidiariamente, requereu a fixação da pena mínima e regime inicial aberto para o cumprimento da pena. **É o relatório. DECIDO.** Embora o acusado Alessandro tenha negado ter praticado os fatos narrados na denúncia, ao ser interrogado nesta data, sua explicação não restou comprovada. Em sentido contrário, a prova acusatória é firme. Conforme declarações do policial militar Mauro, o acusado foi detido juntamente com o adolescente no interior da residência da vítima, já tendo separado os bens que pretendiam retirar do imóvel, os quais estão descrito no auto de fls. 14-17. As declarações da vítima, nesta data, confirmam que essa foi a sequencia dos fatos. Fica sem amparo algum a inverossímil alegação do réu de que passou em frente ao imóvel e entrou nele para usar drogas. A qualificadora do rompimento de obstáculo está demonstrada a fls. 136-138. Também está demonstrado o crime descrito no art. 244-B do ECA. A prova não deixa dúvidas que o adolescente Cláudio Enéas participou do fato, que é o que basta para a caracterização do delito, conforme orientação do STF, a qual afirma tratar-se de crime formal, cuja consumação não exige a comprovação da efetiva depreciação dos valores formativos da pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. Procede a acusação. Fixo a pena base para o crime de furto tentado no mínimo legal de 02 anos de reclusão e 10 dias-multa, que aumento de ¼ em razão da reincidência específica. Reduzo a pena de metade em razão da tentativa, considerando o iter percorrido que consistiu em ingresso no imóvel mediante arrombamento e apoderamento de bens, perfazendo o total de 01 ano e 03 meses de reclusão e 06 dias-multa. Para o crime previsto no art. 244-B do



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.	

ECA, fixo a pena em 01 ano de reclusão, que aumento de 1/6 perfazendo do total de 01 ano e 02 meses de reclusão. Reconheço o concurso material, totalizando as penas em 02 anos e 05 meses de reclusão e 06 dias-multa. Em razão da reincidência específica, deverá iniciar o cumprimento em regime fechado, sem direito à substituição da pena privativa de liberdade, nem ao sursis. Estabeleço o valor do dias-multa no mínimo legal. O acusado poderá recorrer sem que sejam aplicadas medidas cautelares. Ante o exposto, julgo procedente o pedido contido na denúncia condenando-se o réu **ALESSANDRO DE OLIVEIRA** à pena de 01 ano e 03 meses de reclusão e 06 dias-multa, por infração ao artigo 155, § 4º, incisos I e IV, do Código Penal e à pena de 01 ano e 02 meses de reclusão por infração art. 244-B, da Lei 8069/90, na forma do art. 70 do Código Penal, totalizando as penas em 02 anos e 05 meses de reclusão e 06 dias-multa, em regime inicial fechado. Publicada em audiência saem os presentes intimados. Comunique-se. **Pelo acusado foi manifestado o desejo de não recorrer da presente decisão.** Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, \_\_\_\_\_, Marco Antonio Manenti, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

Juiz(a) de Direito: **CLAUDIO DO PRADO AMARAL**

<p><b>DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA</b></p>
--

Promotor:

Acusado:

Defensor Público: